



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 6.927, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso de área oneroso, mediante procedimento licitatório na modalidade concorrência pública, para implantação, administração e operação comercial de serviços de lanchonete/restaurante no Parque Oriental - Milton Marinho de Moraes, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a conceder, nos termos dos artigos 67 e 69, da Lei Orgânica do Município, a título oneroso, o uso espaço público, localizado na Rua Major Cardim, Centro Alto, neste Município, visando à implantação, administração e operação comercial de serviços de Lanchonete/Restaurante no Parque Oriental - Milton Marinho de Moraes.

Parágrafo único. A concessão de uso de que trata o "caput" do presente artigo, deverá ser formalizada mediante prévio procedimento licitatório, na modalidade concorrência pública.

Art. 2º A área objeto da concessão de uso de que trata esta Lei, compreende:

"A presente descrição tem início no ponto A, assinado em croqui, deste ponto segue para a direita acompanhando o alinhamento do caminho interno do parque, numa distância de 25,65m até encontrar o ponto B; deste ponto deflete a direita e segue em linha reta numa distância de 7,43m até encontrar o ponto C; deste ponto deflete a direita e segue em linha reta numa distância de 13,25m até encontrar o ponto D; deste ponto deflete a esquerda e segue em linha reta numa distância de 5,40m até encontrar o ponto E; deste ponto deflete a direita e segue em linha reta numa distância de 12,40m até encontrar o ponto F; deste ponto deflete a direita e segue em linha reta numa distância de 12,83m até encontrar o ponto A, onde teve início a presente descrição encerrando assim uma área de 262,47m². Localizado nas coordenadas X=353643.67,7375844.02, distante 427,00 metros da rua".

Art. 3º A concessão de direito real de uso onerosa vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da lavratura do instrumento de concessão, podendo ser prorrogado, por meio de termo de aditamento, mediante acordo entre as partes.

Art. 4º O valor inicial mensal da concessão será definido por avaliação técnica da Comissão Permanente de Avaliações, o qual deverá ser atualizado anualmente com base nos índices oficiais utilizados pelo Município.

Art. 5º Os requisitos para a exploração dos serviços serão dispostos em edital de licitação próprio.

Art. 6º A exploração dos serviços ficará sujeita à legislação e fiscalização do Poder Concedente, incumbindo aos que as executarem, a sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Art. 7º Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei ou no edital de licitação, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário através do contrato.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 04 de dezembro de 2023-309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI RANGEL FERREIRA

Prefeito Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO HELENICE ARRUDA

Secretário de Finanças e Administração Secretária de Turismo

Processo Administrativo nº 4233/2023-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 22/12/2023